



Simulado de Reta Final - IV

OAB



PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: [http:// http://bit.ly/Simulado-OAB-22-05](http://http://bit.ly/Simulado-OAB-22-05)



Siga as nossas Redes Sociais
[Estratégia OAB no YouTube](#)
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



OAB

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Priscila Ferreira

Questão 1

Dra. Juliana foi notificada para apresentar defesa prévia, no prazo de quinze dias, em sede de Processo Disciplinar. Contudo, durante o processo, a advogada teve indeferida a produção de algumas provas pelo relator, sob a justificativa de ser desnecessária, e as quais a advogada considerava essencial.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O relator não pode indeferir a produção de prova, sob a justificativa de ser desnecessária.
- b) O relator somente indeferirá a produção de determinado meio de prova quando esse for ilícito.
- c) O relator somente indeferirá a produção de determinado meio de prova quando esse for ilícito, impertinente, desnecessário ou protelatório.
- d) O relator pode indeferir a produção de prova, sob qualquer justificativa, desde que fundamentada.

Questão 2

A advogada Josimara foi condenada, em sede de processo disciplinar, pelo Tribunal de Ética e Disciplina da OAB. Contudo, a advogada almeja a revisão do processo disciplinar, sob a alegação de condenação baseada em falsa prova.

Acerca do tema, revisão de processo disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a) Torna-se possível a revisão do processo disciplinar apenas por erro de julgamento.
- b) A competência para processar e julgar o processo de revisão é do Conselho Federal.
- c) O pedido de revisão suspende os efeitos da decisão condenatória.
- d) A revisão processar-se-á perante a Segunda Câmara, reunida em sessão plenária, quando o órgão competente for o Conselho Federal.

Questão 3

Dra. Ana Paulo Arósio, advogada cível, pretende divulgar o seu trabalho nas redes sociais. Desta forma, a advogada contratou a instalação de um super outdoor que ficará exposto na Rodovia Ayrton Senna em São Paulo, para fins de divulgação dos seus serviços, e criou uma página no facebook com o intuito de realizar postagens de conteúdos informativos da área cível.

Com fundamento no Código de Ética e Disciplina, assinale a alternativa correta.

- a) Dra. Ana Paula viola os preceitos do Código de Ética, quando divulga os seus serviços em outdoor, bem como ao trazer informações no facebook.
- b) Dra. Ana Paula se vale da publicidade profissional autorizada pelo Código de Ética, tanto na instalação de outdoor, como nas postagens do facebook.
- c) Dra. Ana Paula viola os preceitos do Código de Ética, quando realiza postagens no facebook, ainda que com conteúdo informativo.
- d) Dra. Ana Paula viola os preceitos do Código de Ética, apenas quanto a instalação do outdoor, mas não há qualquer vedação ética quanto às postagens no facebook.

Questão 4

Jaran é advogado inscrito na OAB/SP e, recentemente, foi acusado de tentativa de feminicídio por sua ex-mulher. O caso teve uma grande repercussão na mídia, de forma que se instaurou um processo administrativo disciplinar.

Nesta situação, em sede de processo disciplinar, o advogado poderá ser apenado com

- a) Censura.
- b) Suspensão.
- c) Multa.
- d) Exclusão, se declarado inidôneo.

Questão 5

Selminha é uma renomada advogada, mas infelizmente encontra-se em difícil situação financeira, fruto da pandemia que assola o Brasil.

Contudo, a advogada observa que ainda não recebeu os honorários advocatícios devidos por sua cliente, Ana Luíza, quando atuou em sua defesa, em sede de Processo Trabalhista, e obteve um próspero acordo.

Nesta situação, acerca do prazo prescricional para cobrança da cliente, assinale a alternativa correta.

- a) Prescreve em 5 (cinco) anos a ação de cobrança de honorários de advogado.
- b) Prescreve em 3 (três) anos a ação de cobrança de honorários de advogado.
- c) Prescreve em 2 (dois) anos a ação de cobrança de honorários de advogado.
- d) A cobrança de honorários é imprescritível, frente o seu caráter alimentar.

Questão 6

Dra. Dondoquinha recebeu pena pecuniária em sede de Processo Disciplinar instaurado, este fruto da única infração disciplinar que cometeu em sua carreira, como advogada.

Acerca da pena pecuniária, assinale a alternativa correta.

- a) A pena pecuniária, aplicada à advogada, é repassada para o cliente que a representou.
- b) A pena pecuniária, aplicada à advogada, é recolhida em prol do Conselho Federal.
- c) A pena pecuniária, aplicada à advogada, é recolhida em favor do Conselho Seccional.
- d) A pena pecuniária, aplicada à advogada, constitui receita da Caixa de Assistência dos Advogados.

Questão 7

No Conselho Seccional de São Paulo foram eleitos os candidatos integrantes da chapa “x”. A Dra. Débora tomou posse como tesoureira, mas preocupa-se por não poder comparecer em algumas das reuniões ordinárias.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Extingue-se o mandato automaticamente, quando o titular faltar, sem motivo justificado, a três reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do conselho.
- b) Extingue-se o mandato automaticamente, quando o titular faltar, sem motivo justificado, a seis reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do conselho.
- c) Extingue-se o mandato automaticamente, quando o titular faltar, sem motivo justificado, a duas reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do conselho.
- d) Não se extingue o mandato pela ausência em reuniões ordinárias de órgão deliberativo do conselho.

Questão 8

Priscila, estagiária inscrita na OAB, foi contratada para estagiar em um grande escritório de advocacia em São Paulo. Contudo, a estagiária estranha a possibilidade de praticar alguns atos, os quais considerava privativos de advogado.

Assim, acerca do tema, estágio profissional, assinale a alternativa correta.

- a) A estagiária inscrita na OAB não pode retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga.
- b) A estagiária inscrita na OAB não pode assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos.
- c) A estagiária inscrita na OAB não pode obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças.
- d) Para o exercício de atos extrajudiciais, a estagiária pode comparecer isoladamente, quando receber autorização ou substabelecimento do advogado.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

Quanto aos métodos interpretativos é CORRETO afirmar:

- a) O método teleológico concentra suas preocupações no fim a que a norma se dirige.
- b) O método histórico procura o sentido da norma levando em consideração as condicionantes sociais atuais (ao tempo da interpretação).
- c) O método sociológico analisa o entrelaçamento das normas, cujo sentido deve ser extraído de sua relação com outras normas.
- d) O método sistemático busca extrair o significado da norma dentro de contextos textuais.

Questão 10

No que se refere às lacunas é CORRETO afirmar:

- a) A lacuna não intencional ocorre quando o legislador relega a terceiro a solução concreta do caso.
- b) A lacuna latente é aquela em que há efetiva e evidente ausência de norma a regular a questão.
- c) Na lacuna ontológica há dissociação entre a previsão normativa e a realidade social.
- d) A lacuna ideológica ou axiológica é marcada pela ausência de lei a regular o caso.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Encontra-se em tramitação no Senado Federal a proposta de Emenda à Constituição Federal nº X/21, que modifica o artigo 231, § 5º para autorizar a remoção de grupos indígenas de suas terras em qualquer hipótese. É correto afirmar que o Poder Constituinte Reformador:

- a) não possui limites materiais, mas é necessário que se preveja conjuntamente, na redação da proposta de emenda, revisão de conteúdo das próprias cláusulas pétreas.
- b) não tem limites materiais, mas é necessário que suas decisões sejam submetidas a plebiscito da população.
- c) tem limites materiais encontrados na proteção dos direitos e garantias individuais, que se encontram ao longo de toda a Constituição conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- d) não tem limites materiais desde que suas decisões sejam submetidas a referendo da população.

Questão 12

Flor tem 21 (vinte e um) anos, é analfabeta e brasileiro nata. Já Rosa tem 36 (trinta e seis) anos, ensino superior completo, nasceu em Campo Grande (MS), filha de franceses que estavam no Brasil a serviço de seu país. Com base nos casos hipotéticos e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Flor é elegível e possui a idade mínima exigida para os cargos de Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito e Vice-Prefeito.
- b) Rosa possui a idade mínima exigida para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, mas não pode ocupar tais cargos.
- c) Rosa não possui a idade mínima exigida para os cargos de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- d) Flor é elegível e possui a idade mínima exigida para os cargos de Presidente, Vice-Presidente da República e Senador.

Questão 13

Suponha que ao julgar um Recurso Extraordinário, determinada turma do Supremo Tribunal Federal decidiu sobre a impossibilidade de exclusão de sócio, por parte da União Brasileira de Agricultores, sem garantia da ampla defesa e do contraditório. O caso em questão representa um caso da nossa Corte Constitucional atinente ao seguinte ponto da Teoria Geral dos Direitos Fundamentais:

- a) Princípio da universalidade.
- b) Princípio da historicidade.
- c) Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.
- d) Princípio da inalienabilidade.

Questão 14

Joselito, 35 anos, Governador de Estado, brasileiro naturalizado, cônjuge da Deputada Federal Mariana, pretende candidatar-se a uma vaga no Senado Federal, no pleito de 2022. Nessa hipótese, Joselito:

- a) será inelegível por ser brasileiro naturalizado.
- b) será inelegível, pois a Constituição somente admite a reeleição de ocupantes de cargos de chefia do Poder Executivo para um único período subsequente.
- c) será inelegível para o objetivo pretendido, no território de jurisdição do Estado pelo qual se elegeu sua esposa.
- d) deverá renunciar ao mandato, até seis meses antes do pleito, para concorrer a uma vaga no Senado Federal.

Questão 15

Determinado projeto de lei ordinária foi aprovado, por maioria simples, em ambas as Casas do Congresso Nacional, ou seja, Câmara dos Deputados e Senado Federal. O Presidente da República vetou o projeto ao considerar o referido projeto integralmente inconstitucional. Com base no sistema jurídico-constitucional vigente:

- a) se o veto não for mantido pelo Poder Legislativo, o projeto será enviado ao Presidente da República, para promulgação.
- b) o Congresso Nacional não pode rejeitar tal veto, cuja motivação é o exercício do controle de constitucionalidade.
- c) basta a maioria simples dos deputados e dos senadores para a rejeição do veto, pois é necessário manter o equilíbrio entre o Legislativo e o Executivo.
- d) é defeso o veto total, cujo efeito seria violação ao Princípio da Separação de Poderes.

Questão 16

Tramita perante o Congresso Nacional um projeto de decreto legislativo que visa à convocação de plebiscito para que o eleitorado de todo o Estado do Rio de Janeiro se manifeste sobre a criação, a partir do desmembramento de determinados Municípios de seu território, do chamado Estado do Rio de Janeiro do Norte. O projeto em questão é:

- a) incompatível com a Constituição da República, o Brasil não aceita o chamado direito à secessão.
- b) compatível com a Constituição da República, que exige, para a formação de novo Estado, além da realização de plebiscito, aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar.
- c) incompatível com a Constituição da República, no que se refere à população a ser consultada em plebiscito, posto que deve se restringir à dos Municípios a serem desmembrados do Estado.
- d) compatível com a Constituição da República, que exige, para a formação de novo Estado, além da realização de plebiscito, a divulgação de estudos de viabilidade, apresentados e publicados na forma da lei.

Questão 17

Gabriela, cidadã brasileira, sempre procura fiscalizar as obras em sua cidade. Em uma de suas fiscalizações, a cidadã descobriu violação as normas que regem as licitações públicas, com vistas a beneficiar um particular amigo do prefeito. De posse de cópias do processo administrativo que comprovam a situação, pretende ingressar com medida judicial para a proteção do patrimônio público. Para combater tal situação, a cidadã:

- a) não tem o poder de fiscalizar as obras da cidade.
- b) poderá ingressar com ação civil pública, que é o meio apto a sanar a lesividade ao patrimônio público.
- c) poderá impetrar mandado de segurança coletivo para amparar direito líquido e certo seu e de todos os cidadãos aos princípios da legalidade e moralidade.
- d) poderá ingressar com ação popular apta a proteger o patrimônio público indevidamente lesado.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Segundo levantamentos recentes, embora o Brasil tenha experienciado uma pequena redução no número de presos, a superlotação nas penitenciárias ainda é uma realidade alarmante: elas estão 56,1% acima da capacidade. Além disso, o número de presos provisórios (aqueles que ainda aguardam julgamento) voltou a subir e corresponde a 31,7% do total. Maria das Dores anda bastante preocupada com essa situação pois seu filho, Manoelito, é um dos presos vivenciando tal situação. A mãe procurou você, enquanto advogado, para informar-se se Manoelito teria que passar por todo aquele sofrimento ou se havia algum amparo legal para a situação de seu filho.

Considerando a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, podemos afirmar:

- a) Manoelito não pode ter sido detido ou encarcerado arbitrariamente, mas as razões de sua detenção e as acusações formuladas contra ele poderão ser mantidas em sigilo.
- b) Manoelito deve ser conduzido, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer as funções judiciais, podendo ser posto em liberdade, sem prejuízo no prosseguimento do processo. A liberdade de Manoelito não pode ser condicionada a garantias que assegurem seu comparecimento em juízo.
- c) Manoelito tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão e ordene sua soltura caso esta tenha sido ilegal.
- d) Não há óbice à prisão de Manoelito por dívidas, independentemente da natureza do débito.

Questão 19

Em 2014, o jogador Daniel Alves do protagonizou uma cena que viralizou mundialmente: ao ser insultado pela torcida adversária e receber bananas, o lateral se abaixou, pegou uma das bananas e comeu. Jornais do mundo inteiro noticiaram o ocorrido e muitos famosos, dentre eles o jogador Neymar, posicionaram-se sobre o fato. Embora a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial seja de 1969, o caminho a ser trilhado ainda parecer ser longo. Com base na Convenção, assinale a alternativa correta:

- a) A discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas apenas na raça ou cor dos indivíduos, buscando anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdade fundamentais.
- b) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial deve ser aplicada às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas pelos Estados entre cidadãos e não cidadãos.
- c) Os Estados Partes da Convenção devem comprometer-se a não efetuar ato ou prática de discriminação contra as pessoas, grupos ou instituições, mas não poderão favorecer as organizações e movimentos multirraciais que visem eliminar as barreiras entre as raças.
- d) Os Estados Partes devem tomar medidas especiais e concretas nos campos social, econômico e cultural para assegurar o desenvolvimento e a proteção de grupos raciais, buscando garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Sobre o Direito Internacional Privado, assinale a opção incorreta.

- a) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- b) Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- c) O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.
- d) Tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio conjugal.

Questão 21

Sobre os limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional, assinale a opção incorreta.

Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que:

- a) O réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil
- b) No Brasil tiver de ser cumprida a obrigação
- c) O fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.
- d) Pessoa jurídica estrangeira figure na parte passiva, ainda que sem agência, filial ou sucursal no Brasil.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

A pessoa jurídica ABC Ltda. prestou serviços sujeitos ao ISS - Imposto sobre Serviços nos meses de janeiro a junho do ano de 2009, mas deixou de declarar e recolher o imposto devido. Ao constatar essa omissão, o Fiscal Tributário Municipal lançou de ofício o imposto e a multa devidos, que foram definitivamente constituídos em 30/10/2014. Como tais débitos não foram pagos e como não foram objetos de qualquer providência por parte da contribuinte, a Fazenda Pública Municipal ajuizou a Execução Fiscal de cobrança em 05/12/2019, tendo o juiz determinado a citação da devedora por meio de despacho exarado em 15/12/2019. Com base na hipótese apresentada, é correto afirmar que os créditos tributários em questão:

- a) Estão com a exigibilidade suspensa, impedindo a cobrança.
- b) Ainda não foram extintos, sendo regular a cobrança.
- c) Já foram extintos pela decadência, sendo indevida a cobrança.
- d) Já foram extintos pela prescrição, sendo indevida a cobrança.

Questão 23

A pessoa jurídica Beta Ltda. teve sua falência decretada em 22/05/2020, quando já possuía: i) um imóvel hipotecado para garantia de dívidas contraídas junto à uma instituição financeira; ii) débitos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados; iii) débitos decorrentes da legislação do trabalho, no valor de 130 salários mínimos; e iv) multas por infração à legislação ambiental. Considerando que esses são as únicas dívidas da massa falida, é correto afirmar que o débito de natureza tributária deve ser quitado em:

- a) Primeiro lugar.
- b) Segundo lugar.
- c) Terceiro lugar.
- d) Quarto lugar.

Questão 24

João é funcionário público municipal. Quanto à Contribuição Social por ele devida, destinada ao custeio do seu plano de aposentadoria, deve ser recolhida:

- a) Ao órgão ou entidade de previdência federal, independentemente do seu regime de vinculação ao serviço público (estatutário/efetivo ou não estatutário/temporário) e da existência, no Município, de regime previdenciário próprio.
- b) Ao órgão ou entidade de previdência estadual, do Estado-membro onde localizado o Município, se ele for funcionário não estatutário/temporário, nomeado em cargo de livre provimento e exoneração, desde que o Município não tenha regime previdenciário próprio.
- c) Ao órgão ou entidade de previdência municipal, se ele for funcionário estatutário/efetivo, nomeado após aprovação em concurso público, desde que o Município tenha regime previdenciário próprio.
- d) Ao órgão ou entidade de previdência municipal, se ele for funcionário não estatutário/temporário, nomeado em cargo de livre provimento e exoneração, desde que o Município tenha regime previdenciário próprio.

Questão 25

A RFB - Receita Federal do Brasil autuou a empresa Gama Ltda. pela prática de sonegação fiscal. A multa punitiva foi de 150% sobre o valor dos tributos sonegados e a multa moratória foi de 25% sobre o valor dos tributos não recolhidos na data do vencimento. Sobre essa hipótese, é correto afirmar que:

- a) Somente a multa punitiva afrontou o Princípio da Vedação da Tributação com Efeito de Confisco.
- b) Somente a multa moratória afrontou o Princípio da Vedação da Tributação com Efeito de Confisco.
- c) As duas multas afrontaram o Princípio da Vedação da Tributação com Efeito de Confisco.
- d) As multas tributárias não se submetem ao Princípio da Vedação da Tributação com Efeito de Confisco, que é aplicável somente aos tributos.

Questão 26

André, residente e domiciliado no Estado X, doou um apartamento localizado no Estado Y para seu irmão, Carlos. A escritura pública de doação foi lavrada perante tabelião localizado no Município M, no Estado Z, local do domicílio de Carlos. Ao recolher o imposto incidente sobre essa transmissão de bem imóvel, o contribuinte constatou que a entidade tributante adota um sistema progressivo de alíquotas para o ITCMD - Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação. Sobre essa hipótese, é correto afirmar que:

- a) O ITCMD é devido ao Estado X e a progressividade das alíquotas é inconstitucional.
- b) O ITCMD é devido ao Estado Y e a progressividade das alíquotas é constitucional.
- c) O ITCMD é devido ao Estado Z e a progressividade das alíquotas é inconstitucional.
- d) O ITCMD é devido ao Município M e a progressividade das alíquotas é constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

O Município de Cachoeirinha celebrou contrato de concessão de serviço público com uma sociedade empresária. A fim de assegurar a adequação na prestação do serviço e o fiel cumprimento das normas previstas, mesmo sem autorização judicial, interveio na concessão por meio de resolução que previu a designação de interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida interventiva. A assessoria jurídica da concessionária verificou nesse ato a ocorrência de vício de:

- a) forma.
- b) objeto.
- c) finalidade.
- d) competência.

Questão 28

Marcos, Prefeito do Município de Pedrinhas, juntamente com Márcio, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado em que fica localizado referido município, Mauro, Desembargador do Tribunal de Justiça do mesmo estado, e Marcelo, advogado privado, cometeram ato de improbidade administrativa envolvendo recursos públicos estaduais, conforme previsão da Lei n.º 8.429/1992, o que causou prejuízo ao erário. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) apenas Marcos e Marcelo serão processados e julgados por juiz de primeira instância.
- b) o prazo prescricional para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa será de cinco anos a contar da ciência da prática do ato, para todos os agentes.
- c) à Marcelo aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para os agentes públicos.
- d) Márcio deverá ser processado e julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Questão 29

No Município de Bela Estrada, há uma antiga sede de fazenda de café, construída no século XVIII, de propriedade de uma grande família. Alguns herdeiros mobilizaram-se e o casarão foi tombado. Eles verificaram que há recursos disponíveis para as obras de recuperação do imóvel, no orçamento municipal, os quais não foram liberados devido à falta de um projeto técnico cuja elaboração, conforme a legislação municipal, cabe aos proprietários. Contudo, os titulares do domínio não entraram em consenso, o que deu causa à propositura de Ação Civil Pública, visando a imposição da obrigação de fazer consistente na apresentação de projeto técnico de revitalização da sede do imóvel, no prazo de 90 dias. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A aprovação do tombamento impõe o dever de conservação e preservação do bem e proteção como patrimônio histórico e cultural especificamente ao ente público.
- b) O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do ente público responsável a necessidade das mencionadas obras, sob pena de desapropriação sancionatória.
- c) As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do ente público responsável, que poderá inspecioná-los sempre que for julgado conveniente, podendo, contudo, os respectivos proprietários criar obstáculos pertinentes à inspeção.
- d) A legitimidade passiva dos herdeiros para figurarem na ação civil pública, bem como a responsabilidade solidária para custear o projeto decorre do princípio da *saisine*.

Questão 30

Fátima, servidora pública estadual, em 10/09/2015, preencheu todos os requisitos para concessão de sua aposentadoria. Em 20/09/2015 ela deu entrada no processo administrativo no departamento de pessoal do órgão a que está vinculado. Em 10/10/2015, o departamento analisou se ela preenchia os requisitos legais para a aposentadoria e concedeu o benefício. Em 01/04/2021, o processo chegou ao Tribunal de Contas do respectivo estado para o controle de legalidade do ato de concessão. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) O Tribunal de Contas tem competência para apreciar as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, inclusive as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- b) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- c) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que prejudique o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- d) A concessão de aposentadoria ou pensão constitui ato administrativo composto, que somente se aperfeiçoa após o julgamento de sua legalidade pela Corte de Contas.

Questão 31

O Estado X finalizou determinado processo de desapropriação, com o pagamento integral do valor e a incorporação do bem ao patrimônio do poder público. Posteriormente, o ente público decidiu devolver o bem expropriado ao antigo dono, por não lhe ter sido atribuída a destinação prevista no decreto expropriatório, nem qualquer outra destinação pública. Tal instituto é denominado pelo Direito Administrativo de:

- a) tredestinação lícita.
- b) tredestinação ilícita.
- c) desapropriação indireta.
- d) retrocessão.

Questão 32

Toninho, adolescente de 16 anos, cidadão do Município de Grandes Mares, estava em uma excursão escolar pelo prédio da Prefeitura Municipal, quando ouviu servidores públicos conversando sobre um contrato de determinada obra de construção realizado pela Prefeitura, o qual foi decorrente de licitação fraudulenta, custando o triplo do que seria correto, o que ocasiona dano ao erário. Inconformado com o ocorrido, Toninho procurou na internet provas da fraude e do superfaturamento e decidiu ingressar em juízo para buscar a anulação do contrato e o ressarcimento do prejuízo ao erário. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) Toninho não pode ajuizar ação em nome próprio contra os participantes da licitação fraudulenta, devendo levar o fato ao conhecimento do Ministério Público para que este ingresse com ação coletiva.
- b) Toninho deve ingressar com ação de improbidade administrativa contra os responsáveis pela licitação fraudulenta.
- c) Toninho pode propor ação popular em nome próprio visando a anulação do contrato fraudulento e lesivo aos cofres públicos municipais.
- d) Toninho pode ingressar com mandado de segurança coletivo invocando o direito líquido e certo de proteger o erário.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

O Vereador Paulo Sousa pretende apresentar projeto de lei sobre populações indígenas na Câmara de Vereadores de Rio Branco, uma vez que os conflitos aumentaram, pois o Município anunciou que deseja construir um zoológico que afetaria parte do território de uma Tribo Indígena.

Diante disso, ele busca a assessoria de Consultores Legislativos da Casa para fundamentar o projeto. Acerca das competências ambientais previstas na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre o tema.
- b) A competência para legislar sobre Populações Indígenas é privativa da União.
- c) Apenas no caso de não existir lei federal sobre o tema, o Município poderia legislar sobre a matéria.
- d) Se houver impacto local, o Município pode legislar sobre Populações Indígenas.

Questão 34

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo obrigatório para

- a) cidades com mais de vinte mil habitantes, sendo que no caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.
- b) cidades com mais de cento e vinte mil habitantes.
- c) todas as cidades.
- d) cidades com menos de 20 mil habitantes.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Alessandra retirou as portas de sua casa para reformá-las. Flávio direito à sucessão aberta de seu avô. Uma companhia gera energia hidrelétrica distribuída no Sistema Elétrico Nacional. João tem uma casa. Priscila tem um chocolate com forma de tartaruga. Esses bens são, respectivamente:

- a) Móvel, imóvel, imóvel, fungível e consumível
- b) Imóvel, imóvel, móvel, infungível e consumível
- c) Móvel, imóvel, móvel, fungível e inconsumível
- d) Imóvel, imóvel, móvel, infungível e inconsumível.

Questão 36

Lucas, menor de dezesseis anos, contraiu um empréstimo de R\$ 500,00 reais com João, para comprar alimentos, pois seus pais viajaram ao exterior e, em virtude da pandemia, acabaram não retornando na data prevista, sem conseguir transferir valores ao filho. Sobre o contrato, é correto afirmar que

- a) O mútuo não pode ser reavido de Lucas, pois foi realizado sem prévia autorização de seus pais.
- b) O mútuo apenas pode ser reavido se os pais de Lucas ratificarem o contrato.
- c) O empréstimo não pode ser reavido, ainda que Lucas tenha feito maliciosamente.
- d) O empréstimo pode ser reavido, pois Lucas se viu obrigado a contrair o empréstimo para os seus alimentos habituais.

Questão 37

Analice, tia de Laura e Pedro, foi nomeada tutora dos menores, por testamento, quando os pais deles faleceram de Covid, em outubro de 2020. O patrimônio dos menores está avaliado em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Sobre o caso é correto afirmar que

- a) Analice está dispensada de prestar contas, pois os pais dos menores a nomearam tutora por testamento.
- b) Analice está dispensada de prestar cotas, pois é tia dos menores.
- c) Analice deverá prestar contas do exercício da tutela dos menores.
- d) Caso Analice venha a ser interditada, os seus herdeiros não terão o dever de prestar contas.

Questão 38

Heitor, solteiro, sem ascendentes, decidiu deixar toda a sua vasta fortuna para a sua sobrinha Luiza, sua única parente viva. Dois anos após fazer o testamento, Heitor descobriu que tinha uma filha, Luana, e a assumiu publicamente, inclusive fazendo o devido assento registral, mas não mudou o seu testamento. Um ano depois, Heitor faleceu. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) O patrimônio de Heitor será dividido em partes iguais entre Luiza e Luana, esta recebendo a legítima e aquela a parte disponível.
- b) O patrimônio de Heitor será herdado unicamente por Luana, sendo que Luiza é excluída automaticamente da sucessão, apesar de ser herdeira daquele.
- c) O patrimônio de Heitor será unicamente de Luiza, pois a existência de Luana foi descoberta apenas depois de feito o testamento, sendo ele válido à época da lavratura.
- d) O patrimônio de Heitor será dividido em 25% para Luiza e 75% para Luana, que herda a legítima e metade da parte disponível.

Questão 39

Mateus trabalha em Belo Horizonte/MG, de segunda-feira a quinta-feira. Nas sextas-feiras e nos sábados, Mateus fica em sua casa no centro de Ouro Preto/MG. No domingo, Mateus passa o dia na casa de sua namorada, Laila, em Lavras Novas/MG. Sobre o seu domicílio, é correto afirmar

- a) Apenas Ouro Preto/MG é considerado domicílio de Mateus.
- b) Ouro Preto/MG e Belo Horizonte/MG são considerados domicílios de Mateus.
- c) Ouro Preto/MG, Belo Horizonte/MG e Lavras Novas/MG são considerados domicílios de Mateus.
- d) Apenas Belo Horizonte/MG é considerado domicílio de Mateus.

Questão 40

Nicolau possui um pequeno sítio atrás da fazenda de José, que é bastante extensa. Ele acessa a rodovia, em direção a Pindamonhangaba, a cidade mais próxima, passando por várias estradas rurais, bastante acidentadas, por conta do relevo da região. Para conseguir acesso mais rápido à rodovia, porém, Nicolau passa por dentro da fazenda de José. Contudo, José passou a se incomodar com a quantidade de vezes que Nicolau passava por suas terras e fechou o acesso. Sobre o caso, assinale a alternativa correta

- a) Trata-se de servidão de passagem e José é obrigado por lei a permitir a passagem de Nicolau, sendo desnecessário registro.
- b) Trata-se de passagem forçada, na qual José é obrigado a permitir a passagem de Nicolau, sendo desnecessário registro.
- c) Pode ser realizado um contrato de servidão de passagem entre as partes, pelo qual Nicolau e José podem realizar um acordo sobre a passagem, sendo necessário o registro.
- d) Pode ser realizado um contrato de passagem forçada entre as partes, pelo qual Nicolau e José podem realizar um acordo sobre a passagem, sendo necessário o registro.

Questão 41

Paula, quando estava dirigindo a caminho de seu trabalho, passou por Joana, sua vizinha, e lhe deu carona. Ocorre que, no caminho, Paula se distraiu mexendo no celular e bateu no carro em frente, causando diversas lesões em ambas as passageiras. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Paula não deverá indenizar Joana pelos danos, pois há transporte de cortesia.
- b) Paula deverá indenizar Joana, mesmo havendo transporte de cortesia.
- c) Paula apenas indenizaria Joana em caso de dolo, dado o transporte de cortesia.
- d) Paula deverá indenizar Joana, mesmo que não fosse transporte de cortesia.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Durante o trâmite do processo de adoção, o magistrado deferiu a guarda de Daniela, criança de 8 anos de idade, ao casal Rubens e Geane. Considerando as previsões do ECA, assinale a alternativa correta:

- a) A guarda de Daniela implica na obrigação de Rubens e Geane prestarem assistência material, moral e educacional, mas não permite que o casal se oponha aos pais da criança.
- b) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida nos procedimentos de tutela e adoção, nacional ou estrangeira.
- c) A guarda também poderá ser deferida para suprir falta eventual dos pais, podendo ser deferido, inclusive, o direito de representação para a prática de determinados atos.
- d) Daniela terá a condição de dependente de Rubens e Geane para todos os fins e efeitos de direito, exceto previdenciários.

Questão 43

Marcelo, adolescente de 16 anos, praticou determinados atos infracionais e, por isso, a autoridade competente aplicou-lhe a medida de internação. Sobre a medida, pode-se afirmar:

- a) A internação é uma medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Nesse caso, Marcelo poderá, conforme decida a equipe técnica da entidade, realizar atividades externas.
- b) A internação não comporta prazo determinado, embora deva respeitar o período máximo de três anos. Atingido tal prazo, Marcelo deverá ser obrigatoriamente liberado, sendo vedada a aplicação de outra medida socioeducativa.
- c) Quando aplicada por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta, a internação observará o prazo máximo de um ano.
- d) A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, utilizando-se como critério de separação apenas o sexo e a idade dos adolescentes.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Vítor mora na cidade X e tinha um compromisso de trabalho na cidade Y, capital do estado vizinho. Por isso, ele comprou duas passagens aéreas: uma de ida (X – Y) para o dia 01/03/2021 e outra de volta (Y – X) para o dia 04/03/2021. No entanto, no dia 01/03, ele teve um problema pessoal e não conseguiu embarcar no voo. Como precisava estar na cidade Y no dia seguinte, ele foi de ônibus, chegando lá dia 02/03. Vítor participou de seus compromissos normalmente, mas quando tentou embarcar de volta para cidade X, no dia 04/03, a companhia aérea informou, no momento do embarque, que cancelou a sua reserva e colocou outra pessoa no lugar, uma vez que ele não compareceu no voo de ida (X – Y) no dia 01/03/2021. Ele retornou para a sua cidade de ônibus e procurou você, na qualidade de advogado, para saber como proceder. Você informou corretamente que:

- a) A ampla informação acerca das regras restritivas e sancionatórias impostas ao consumidor é desconsiderada, de modo que a cláusula que prevê o cancelamento antecipado do trecho ainda não utilizado se reveste de caráter abusivo, mas não de nulidade.
- b) É abusiva a prática comercial consistente no cancelamento unilateral e automático de um dos trechos da passagem aérea, sob a justificativa de não ter o passageiro se apresentado para embarque no voo antecedente.
- c) O cancelamento da passagem de volta pela empresa aérea decorre da frustração da reserva feita pela companhia ao consumidor que não se apresentou no voo antecedente, caracterizando o cumprimento adequado do contrato pela empresa e o inadimplemento desmotivado pelo consumidor.
- d) O equacionamento dos custos e riscos da fornecedora do serviço de transporte aéreo legitima o cancelamento do voo subsequente, em razão da existência de diferença considerável entre o saneamento da empresa e o lucro excessivo.

Questão 45

Dimas tentou fazer um crediário em determinada loja de departamentos, mas foi informado de que seu crédito não estava aprovado por ter uma restrição no cadastro de maus pagadores, em virtude de uma suposta dívida junto ao Banco Gestos, do qual é cliente há muitos anos e jamais teve qualquer problema desse gênero, uma vez que quita suas pendências sempre de forma pontual. Além disso, nunca recebeu qualquer correspondência acerca de eventual dívida ou inserção em cadastros de proteção ao crédito. Diante dessa situação, ele procurou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente que:

- a) é indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação a Dimas sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
- b) cabe ao Banco a exclusão do registro da dívida em nome de Dimas do cadastro de inadimplentes no prazo de 5 dias corridos a partir do integral e efetivo pagamento do débito, caso o débito fosse exigível.
- c) cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação de Dimas antes de proceder à inscrição.
- d) se a inscrição do nome de Dimas fosse devida, poderia ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco anos, porém dependeria tal período de manutenção da prescrição da execução.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Assinale a opção que indica a denominação dada a um atributo do estabelecimento empresarial com direta relação com a organização e administração da empresa, e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa, seja pela relação com os clientes, seja pela relação com os fornecedores, e que não pode ser comercializado individualmente.

- a) clientela
- b) aviamento
- c) trespasse
- d) fundo mercantil

Questão 47

A administração de empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) pode ser exercida por

- a) membros da magistratura.
- b) pessoa não titular nomeada no ato constitutivo.
- c) pessoa jurídica.
- d) servidor público federal civil ou militar da ativa.

Questão 48

Paloma, beneficiária de um cheque não endossado, compareceu em uma instituição financeira e o apresentou para pagamento. A instituição financeira verificou que o emitente do cheque não possuía fundos para arcar com a totalidade do seu valor. A instituição então deseja efetuar o pagamento de forma parcial, devolver o cheque a Maria e exigir que ela dê a quitação parcial.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a legislação em vigor.

- a) Não poderá haver o pagamento parcial do título, em razão de Paloma não poder dar a quitação integral nem promover a retirada da cártula de circulação.
- b) Paloma poderá recusar o pagamento parcial, já que o Código Civil estipula como regra jurídica a possibilidade de o credor não aceitar o pagamento parcial da obrigação.
- c) Paloma não poderá recusar o pagamento parcial, e, nesse caso, a instituição financeira poderá exigir que o pagamento conste do cheque e que seja dada a respectiva quitação.
- d) Paloma não poderá recusar o pagamento parcial, e, nesse caso, a instituição financeira poderá exigir que o pagamento conste do cheque, não sendo possível a exigência de entrega de quitação.

Questão 49

A Lei Nº 11.101/2005 trouxe para o nosso ordenamento jurídico o instituto da recuperação judicial, tendo os seguintes princípios basilares: Preservação da Empresa e Viabilidade Econômica.

Diante do exposto, o instituto mencionado aplica-se à Sociedade

- a) seguradora.
- b) simples.
- c) de economia mista.
- d) empresária.

Questão 50

A respeito de liquidação societária, é correto afirmar que:

- a) esse ato desconstitui a pessoa jurídica.
- b) o liquidante é proibido de pagar dívidas vincendas.
- c) esse ato obsta a possibilidade de efetuar a transformação.
- d) a sociedade se extingue ao ser averbada a ata da assembleia de liquidação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Madalena, senhora de 82 anos, faleceu quando estava fazendo um cruzeiro pela Grécia junto com as amigas. Os filhos, após o velório e o luto, decidiram que precisavam dar início ao processo de inventário. Madalena tinha muitos bens móveis e alguns imóveis espalhados pelo país: um apartamento em Copacabana (Rio de Janeiro - RJ), uma pequena casa em Morro de São Paulo (Bahia), um flat em Belo Horizonte, onde residia. Nesse caso, qual será competente para o processo de inventário?

- a) O processo de inventário não tramitará no Brasil tendo em vista que o óbito ocorreu em terras gregas.
- b) Será competente o foro onde esteja localizado o bem imóvel de maior valor.
- c) O processo de inventário deverá ser ajuizado em Belo Horizonte, onde Madalena residia.
- d) Considerando que Madalena tem bens imóveis em foros diferentes, será competente para o processo de inventário qualquer deles.

Questão 52

David e Daniela são casados e proprietários de vários imóveis espalhados pela cidade, vivendo da renda auferida pelos aluguéis. O marido deseja ajuizar uma ação versando sobre o direito de propriedade de uma das casas. Considerando o Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

- a) David só precisará da autorização de Daniela se forem casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- b) Dispensa-se a autorização de Daniela se ela for casada com David sob o regime de separação absoluta de bens.
- c) Se David ajuizar a ação sem o consentimento de Daniela, o processo será eivado de vício sanável, incapaz de invalidá-lo.
- d) Se David e Daniela vivessem em uma união estável, não haveria necessidade de consentimento para a ação.

Questão 53

Débora trabalha em um escritório de advocacia e, em razão do grande volume de trabalho, recordou-se de uma contestação nos últimos minutos do prazo. Para que seu cliente não fosse prejudicado pelos efeitos da revelia, Débora redigiu a peça rapidamente com tudo que sua memória permitia lembrar. Passados alguns dias, Débora acessou os dados do cliente e verificou que a peça ficou bastante lacunosa. Considerando o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as matérias arguíveis em preliminar de contestação podem ser conhecidas de ofício pelo magistrado e, assim, não haverá grande prejuízo para o cliente de Débora.
- b) Todas as alegações de fato constantes na petição inicial que não foram impugnadas por Débora serão prontamente presumidas como verdadeiras pelo magistrado.
- c) Se Débora estiver atuando como advogada dativa não estará obrigada à impugnação especificada dos fatos.
- d) Débora poderá peticionar ao juízo para complementar a contestação, ainda que os argumentos apresentados não sejam relativos a direito ou fato superveniente.

Questão 54

Lara ajuizou uma ação de cobrança em face de Lourdes. Aduz a autora que o débito totaliza R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fato que é negado pela devedora. Segundo Lourdes, Lara está esquecendo que já foram pagos R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e que, até o ingresso da ação judicial, a autora valeu-se das mais diversas formas de cobrança, inclusive vexatórias, gerando público constrangimento e, por isso, deve indenizá-la por danos morais. Considerando o relato, assinale a alternativa correta:

- a) Lourdes deve apresentar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito de Lara em contestação, mas a pretensão quanto aos danos morais deverá ser veiculada em reconvenção.
- b) Lourdes poderá apresentar o seu pedido de indenização por danos morais na contestação.
- c) Para que possa pleitear a indenização por danos morais por cobrança vexatória, Lourdes deverá ajuizar uma nova ação após o trânsito em julgado da primeira.
- d) Lourdes deve, obrigatoriamente, oferecer contestação para que possa propor reconvenção.

Questão 55

Passada a audiência de conciliação sem que as partes chegassem à autocomposição e não sendo o caso de extinção do processo, nem de julgamento antecipado do mérito, o magistrado proferiu decisão de saneamento e organização do processo. Sobre tal fase processual, pode-se afirmar:

- a) Caso as partes tenham requerido a produção de prova testemunhal, o magistrado designará prazo sucessivo de 15 dias para que as partes apresentem rol de testemunhas, devendo-se obedecer ao limite de 10 (dez) testemunhas para cada parte e 3 (três) para a prova de cada fato.
- b) O magistrado deverá, obrigatoriamente, designar audiência de instrução e julgamento para a produção das provas.
- c) As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz.
- d) O saneamento do processo é uma atividade exclusiva do magistrado, sendo-lhe vedado designar audiência para realizar o saneamento em cooperação com as partes.

Questão 56

Em razão do óbito de um cachorro, uma clínica veterinária está sendo processada por danos morais aos tutores do animal: alegam que houve erro médico e, por isso, seu poodle viera a falecer. O médico veterinário responsável pelo atendimento foi intimado pela clínica para testemunhar sobre os fatos e está muito nervoso pois é a primeira vez que estará em uma audiência. Como advogado da clínica, você resolve instruir a testemunha explicando-lhe como será produzida a prova. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) O Código de Processo Civil prevê que a intimação das testemunhas do autor e do réu é atividade que compete à secretaria da vara onde tramita a ação.
- b) As testemunhas deverão ser ouvidas separada e sucessivamente, iniciando-se com as do autor e depois as do réu. O juiz deverá providenciar para que uma testemunha não ouça o depoimento das demais.
- c) A testemunha deverá ser qualificada, declarando ou confirmando seus dados e deverá informar se tem relações de parentesco com a parte ou interesse no objeto do processo. Nesse instante, a parte poderá contraditar a testemunha, única hipótese em que a testemunha não será ouvida pelo juízo.
- d) As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, começando pela que a arrolou, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida. A inquirição da testemunha, pelo magistrado, deverá ser realizada após a inquirição feita pelas partes.

Questão 57

Marilda alugou uma sala comercial bastante espaçosa e sublocou um dos ambientes para Mário. Embora seja uma cabeleireira muito conhecida na região, o movimento do salão de Marilda está muito baixo e ela está inadimplente há meses. O proprietário decidiu ajuizar uma ação de despejo, o que prejudicaria bastante o negócio de Mário. Assim, o sublocatário pleiteou seu ingresso como assistente litisconsorcial, mas o pedido foi indeferido pelo juiz de 1º grau. Sobre a decisão, pode-se afirmar:

- a) É irrecorrível.
- b) Pode ser recorrida por agravo de instrumento.
- c) Cabe a Mário apelar da decisão.
- d) Mário deve formular pedido de reconsideração para que o magistrado possa retratar-se.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Mariana e Pedro se encontraram em um quarto de hotel e, após discutirem o relacionamento por várias horas, acabaram por se ofender reciprocamente. Mariana, então, querendo dar fim à vida de ambos, ingressa no banheiro do quarto e liga o gás, aproveitando-se do fato de que Pedro estava dormindo. Em razão do forte cheiro exalado, quando ambos já estavam desmaiados, os seguranças do hotel invadem o quarto e resgatam o casal, que foi levado para o hospital. Tanto Pedro quanto Mariana acabaram sofrendo lesões corporais graves. Pedro, revoltado com o comportamento de Mariana, procura você advogado (a) para esclarecimentos a respeito da conduta realizada por ela. Considerando as informações narradas, você como advogado(a) de Pedro deverá explicar a seu cliente que a conduta de Mariana configura crime de:

- a) lesão corporal grave, apenas.
- b) tentativa de homicídio qualificado e tentativa de suicídio.
- c) tentativa de homicídio qualificado.
- d) tentativa de suicídio, por duas vezes.

Questão 59

Luiza, nascida em 21 de fevereiro de 2000, é inimiga declarada de Luciana, sendo que o principal motivo da rivalidade está no fato de que Luciana tem interesse no namorado de Luiza. Durante uma festa, em 20 de fevereiro de 2018, Luiza vem a saber que Luciana anunciou para todos que tentaria manter relações sexuais com o referido namorado. Soube, ainda, que Luciana disse que, na semana seguinte, iria desferir um tapa no rosto de Luiza, na frente de seus colegas, para humilhá-la. Diante disso, Luiza, durante a festa, desferiu facadas no peito de Luciana, mas alguns colegas intervêm e a encaminham a vítima para um hospital. Cinco dias depois, Luciana vem a falecer em virtude do ataque sofrido. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Luiza pela prática do crime de homicídio qualificado, sendo assim, você advogado(a) de Luiza deverá pleitear, como tese de defesa, o reconhecimento da:

- a) legítima defesa antecipada.
- b) inexigibilidade de conduta diversa.
- c) atenuante da menoridade relativa.
- d) inimputabilidade da agente.

Questão 60

Carlos, na cidade de Campinas, transportava e portava, em seu carro, 4 armas de fogo, sendo que duas estavam embaixo do banco do carona, uma no porta-luvas e uma, em sua cintura. Abordado em uma blitz de rotina, foram localizadas todas as armas. Diante disso, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Carlos pela prática de quatro crimes de porte de arma de fogo, em concurso material (Art. 69 do Código Penal). Todos os fatos narrados foram confirmados em juízo, logo, você advogado(a) de Carlos deverá defender o reconhecimento:

- a) da continuidade delitiva entre os quatro delitos imputados.
- b) do concurso formal entre dois delitos, em continuidade delitiva entre os outros dois.
- c) de crime único de porte de arma de fogo.
- d) do concurso formal perfeito de crimes entre os quatro crimes imputados.

Questão 61

Decidido a praticar crime de furto na residência de um vizinho, José procura o chaveiro Paulo e informa do seu plano, pedindo que fizesse uma chave micha que possibilitasse o ingresso na residência, no que foi atendido. No dia do fato, considerando que a porta já estava aberta, José ingressa na residência sem utilizar a chave que lhe fora entregue por Paulo, e subtrai um aparelho de som. Chegando em casa, narra o fato para sua mãe, que o convence a devolver o aparelho subtraído. No dia seguinte, José atende à sugestão da sua mãe e devolve o bem para a vítima, narrando todo o ocorrido ao lesado, que, por sua vez, comparece à delegacia e denuncia fato o ocorrido. Considerando o fato narrado, você advogado(a), deverá ser esclarecer aos familiares de Paulo e José que:

- a) nenhum deles responderá pelo crime, tendo em vista que houve arrependimento eficaz por parte de Jose e, como causa de excludente da tipicidade, estende-se a Paulo.
- b) ambos deverão responder pelo crime de furto, aplicando-se a redução de pena apenas a Jose, em razão do arrependimento posterior.
- c) ambos deverão responder pelo crime de furto, aplicando-se a redução de pena para os dois, em razão do arrependimento posterior, tendo em vista que se trata de circunstância objetiva.
- d) Jose deverá responder pelo crime de furto, com causa de diminuição do arrependimento posterior, enquanto Paulo não responderá por qualquer crime.

Questão 62

Renata, enquanto conversava com Rodrigo, afirmou categoricamente que presenciou quando Carlos explorava jogo do bicho, no dia 03/03/2017. No dia seguinte, Renata falou para Jose que conhecia muito bem Carlos, e que ele era um “ladrãozinho barato”. Carlos toma conhecimento dos fatos e procura você como advogado(a) e, indignado, nega tudo o que foi dito por Renata, ressaltando que ela só queria atingir sua imagem. Nesse caso, deverá ser proposta queixa-crime, imputando a Renata a prática de:

- a) 1 crime de difamação e 1 crime de calúnia.
- b) 1 crime de difamação e 1 crime de injúria.
- c) 2 crimes de calúnia.
- d) 1 crime de calúnia e 1 crime de injúria.

Questão 63

Paulo, sai à procura de Gustavo, 19 anos, seu antigo desafeto, com a intenção de matá-lo, vindo a encontrá-lo conversando com Maria, uma senhora de 62 anos de idade. Paulo saca sua arma e dispara em direção ao desafeto, mas acaba atingindo Maria com o disparo. Diante dos fatos Gustavo, que não sofreu qualquer lesão, tenta salvar a senhora, mas infelizmente ela vem a óbito. Diante da situação narrada, você como advogado(a) deverá esclarecer que a conduta de Paulo configura:

- a) crime de homicídio doloso consumado, apenas, com causa de aumento em razão da idade da vítima.
- b) crimes de homicídio culposo consumado e de tentativa de homicídio doloso em relação a Henrique.
- c) crime de homicídio doloso consumado, apenas, sem causa de aumento em razão da idade da vítima.
- d) crime de homicídio culposo consumado, sem causa de aumento pela idade da vítima.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

A atribuição para investigar a existência de infrações penais comuns e sua autoria é exercida, em território nacional, pelas seguintes instituições:

- a) polícia civil e polícia militar.
- b) polícia federal e polícia penal.
- c) polícia civil e polícia federal.
- d) polícia militar e polícia penal.

Questão 65

Jon Lenou foi flagrado conspurcando (emporcalhando) a estátua de Pedro Álvares Cabral, em pleno Parque do Ibirapuera, em São Paulo, com as suas próprias fezes. Foi preso por crime contra o patrimônio cultural (art. 65 da Lei 9.605/98). Em sua defesa, em resposta à acusação, seu advogado alegou a inimputabilidade do cliente pedindo a sua absolvição sumária por excludente de culpabilidade. Em relação a esse pedido:

- a) mostra-se juridicamente impossível por expressa vedação legal.
- b) poderia ter sido alegado, desde que acompanhado de laudo pericial.
- c) mostra-se juridicamente impossível pela falta denexo causal entre o fato e a sanidade mental.
- d) poderia ter sido alegado, desde que a inimputabilidade constasse na denúncia do Ministério Público.

Questão 66

Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente:

- a) conceder liberdade provisória ao preso se a prisão em flagrante for ilegal.
- b) converter o flagrante em preventiva para a garantia da ordem pública se o réu for reincidente em crime culposos.
- c) absolver sumariamente o réu se presentes fortes indícios de hipótese de legítima defesa.
- d) conceder a liberdade provisória caso a prisão em flagrante seja legal e estiverem ausentes os requisitos para a conversão em prisão preventiva.

Questão 67

Joana Darc foi presa portando uma submetralhadora Uzi, armamento de uso restrito das Forças Armadas (Art. 16 da Lei 10.826/2003. Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa). No caso narrado, a medida cautelar da fiança:

- a) não poderá ser arbitrada por ser esse crime inafiançável, constando expressamente no rol dos crimes hediondos.
- b) somente poderia ter sido arbitrada pelo juiz.
- c) poderia ter sido arbitrada pelo delegado de polícia.
- d) não poderia ser arbitrada por nenhuma autoridade, pois a pena máxima ultrapassa 4 (quatro) anos.

Questão 68

Márcio atropelou e matou 6 jovens por estar conduzindo o seu veículo sob efeito de álcool, sem habilitação e em alta velocidade. Foi denunciado e pronunciado por homicídio doloso, na modalidade dolo eventual. A pronúncia transitou em julgado ontem, sendo as partes intimadas para apresentar seu rol de testemunhas já na segunda fase do rito especial do júri. A respeito das regras dessa fase do procedimento especial, aponte a alternativa correta:

- a) Em caso de desaforamento, deve-se levar o julgamento para outra comarca, preferindo-se as mais distantes.
- b) Após o trânsito em julgado da pronúncia, o presidente do Tribunal do Júri determinará a intimação do órgão do Ministério Público e do defensor, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 8 (oito).
- c) Deverão ser julgados, com preferência, os réus presos e, dentre os acusados presos, aqueles que estiverem há mais tempo na prisão. Caso tenham sido presos no mesmo dia, os precedentemente pronunciados.
- d) Não se permitirá o uso de algemas no acusado durante o período em que permanecer no plenário do júri, salvo se for requerido por um dos jurados sorteados.

Questão 69

Indique a regra integralmente correta a respeito das nulidades no processo penal:

- a) Apenas a acusação poderá argüir nulidade a que haja dado causa.
- b) A incompetência do juízo anula os atos decisórios e probatórios.
- c) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- d) A decisão carente de fundamentação, por força de sua relevância, apresenta-se como mera irregularidade.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Juliana, em sede de Reclamação Trabalhista, alega que o empregador nunca realizou os depósitos do FGTS, durante todo o pacto laboral, o qual iniciou-se em 20/06/2015, e a dispensa operou-se em 20/07/2021. Contudo, a empregada apenas ingressou com a ação em agosto de 2021, o que fez o empregador alegar a prescrição da referida verba trabalhista.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) Juliana faz parcialmente jus ao pleito, já que é quinquenal a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento de contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos após o término do contrato.
- b) Juliana faz jus ao pleito, já que é trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento de contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos após o término do contrato.
- c) Juliana faz jus ao pleito, já que é imprescritível o direito de reclamar contra o não-recolhimento de contribuição para o FGTS.
- d) Juliana não faz jus ao pleito, já que é trienal a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento de contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos após o término do contrato.

Questão 71

Maria Joaquina é uma arquiteta, pós-graduada em Harvard, e percebe mensalmente o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), referente ao labor prestado para a empresa "XPW". Em sede de contrato de trabalho, as partes pactuaram que a PLR seria paga em parcela única no mês de outubro. Contudo, a negociação coletiva apontava como a PLR sendo paga em duas parcelas ao longo do ano.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O empregador deve observar o disposto em negociação coletiva.
- b) O empregador deve observar o pactuado, entre as partes, em sede de contrato de trabalho.
- c) O tema é objeto ilícito de negociação coletiva, devendo o empregador observar o contrato de trabalho.
- d) Trata-se de hipótese em que o negociado se sobrepõe ao disposto em contrato de trabalho.

Questão 72

O operador de vídeo, empregado do curso “x”, falsificou atestado médico com o único intuito de não trabalhar no Natal e Ano Novo, já que não lhe foram autorizadas férias no respectivo período. Contudo, o empregado divulgou em suas redes sociais a confraternização que realizou com sua família, em período que deveria estar laborando, o que implicou em sua dispensa por justa causa.

Acerca do tema, justa causa, assinale a alternativa correta.

- a) O empregador agiu de forma acertada, em razão do ato de improbidade praticado pelo empregado.
- b) O empregador agiu de forma acertada, em razão do ato de mau procedimento, praticado pelo empregado.
- c) O empregador agiu de forma acertada, em razão do ato de insubordinação, praticado pelo empregado.
- d) O empregador não agiu de forma acertada, haja vista a obrigatoriedade de observância da graduação de pena ao empregado.

Questão 73

João foi dispensado de forma imotivada, após laborar por 8 (oito) anos para a Empresa “Jeca Tatu”. No ato da dispensa, pactuou-se que o aviso prévio seria trabalhado e, antes do cumprimento, o empregador já adimpliu todas as verbas rescisórias devidas, inclusive, o próprio aviso prévio.

Contudo, após alguns dias do pagamento, operou-se um reajustamento salarial coletivo, o que não beneficiou o empregado pré-avisado da despedida, e implicou em questionamento de João perante a equipe de Recursos Humanos da Empresa.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso.
- b) O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, não beneficia o empregado pré-avisado da despedida, uma vez que já se operou a extinção do contrato.
- c) O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, se o pagamento ainda não tiver sido efetuado.
- d) É inválido o pagamento antecipado do aviso prévio, o que implica em repetição do pagamento frente a ilegalidade.

Questão 74

JP foi contratado como autônomo pela empresa “Beta” com o intuito de auxiliar a equipe de TI da Empresa, especialmente, na implementação de novos programas. Em sede de contrato pactuou-se pela exclusividade de JP, bem como pela continuidade na prestação dos serviços, o que não agradou muito o contratado.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato deve ser descaracterizado para fins de formação de vínculo empregatício, já que presente a exclusividade e continuidade.
- b) O caso refere-se a uma clara situação de pejetização.
- c) O autônomo não pode ser contratado na modalidade de exclusividade, sob pena de reconhecimento de fraude à legislação trabalhista.
- d) O contrato pactuado é lícito, bem como observa os ditames celetistas, já que o autônomo pode ser contratado sob condição de exclusividade.

Questão 75

Gil do Vigor foi contratado para verificar a viabilidade de se operar a dispensa coletiva, de certos empregados do setor “W”, na empresa “BBB”. Após a efetivação das dispensas, alguns empregados alegaram a ilegalidade da prática frente aos preceitos da Reforma Trabalhista.

Assim, acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) As dispensas coletivas necessitam de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.
- b) As dispensas coletivas necessitam de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.
- c) As dispensas coletivas não necessitam de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.
- d) As dispensas coletivas não necessitam de autorização prévia de entidade sindical, quando se tratar de empregado hipersuficiente.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Petrina propôs Reclamação Trabalhista em face de seu ex-empregador, Posto de Gasolina “Obba”. Contudo no dia da audiência inaugural, a empregada não compareceu e tampouco o seu advogado, não apresentando-se justificativa, inclusive.

Diante da situação, o magistrado extinguiu o processo sem resolução do mérito, e condenou a reclamante em custas processuais no importe de

- a) 1% sobre o valor da causa.
- b) 2% sobre o valor arbitrado pelo juiz.
- c) 2% sobre o valor da causa.
- d) duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Questão 77

Em processo de execução, sob protestos perante o oficial de justiça, Pedro Manuel teve penhorado o seu automóvel, em razão de uma ordem judicial proferida pelo juízo deprecante, em sede de processo que não era parte.

Inconformado com a situação, assinale a alternativa que apresenta a melhor medida a ser tomada por Pedro Manuel.

- a) Pedro deve opor Embargos de Terceiro no juízo deprecante.
- b) Pedro deve opor Embargos de Terceiro no juízo deprecado.
- c) Pedro deve opor Embargos à Execução no juízo deprecado.
- d) Pedro deve opor Agravo de petição no juízo deprecado.

Questão 78

Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. É do empregador o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor.
- II. É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício.
- III. O pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, ainda que de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco ou em percentual inferior ao máximo legalmente previsto, dispensa a realização da prova técnica exigida pelo art. 195 da CLT, pois torna incontroversa a existência do trabalho em condições perigosas.
- a) Estão corretas todas as assertivas.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

Questão 79

Em sede de execução definitiva, após o trânsito em julgado da sentença, as partes, executado e exequente, apresentaram acordo a ser homologado em juízo, mas em valor inferior ao apurado, em sede de liquidação.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- a) É vedada a homologação de acordo, após o trânsito em julgado.
- b) O magistrado poderá homologar o acordo, porém a contribuição previdenciária incide sobre o valor liquidado.
- c) É vedada a homologação de acordo em valor inferior ao apurado em liquidação.
- d) É possível a homologação do acordo, em sede de execução, e a contribuição previdenciária incide sobre o valor do acordo celebrado.

Questão 80

Jeremias propôs Reclamação Trabalhista e contratou para esta empreitada a melhor advogada, Dra. Juliette BBB.

O escritório de Juliette possuía muitos advogados e, desde o início do processo, solicitou-se que as intimações fossem realizadas em nome da Dra. Bombom.

A sentença foi publicada, mas a Dra. Bombom não foi intimada, o que tão somente ocorreu em nome de Dra. Juliette, implicando na perda do prazo do recurso.

Nesta situação, assinale a alternativa correta.

- a) A intimação é nula, já que constatado um claro prejuízo à parte.
- b) A intimação é válida, já que é responsabilidade de todos os advogados da procuração o controle de prazo.
- c) A intimação será nula, independente da existência de prejuízo.
- d) A intimação é válida, já que se consumou o ato processual da intimação.



Estratégia

OAB

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>